FOI ERRADO

O tempo parece ter provado que o Mensalão não foi um desvio de curso na agenda petista, muito menos algo totalmente contrário à natureza do partido.

A corrupção para o PT é uma forma de driblar os pesos e contrapesos das instituições, promover o aparelhamento delas e aumentar vertiginosamente o poder do partido.

Será que todas as instituições da República sob o alcance do PT foram completamente corrompidas? Parece que não se trata de mera ocasião ou oportunidade, mas de um método para fortalecer grupos políticos de forma desleal.

Áudios publicados recentemente, atribuídos a Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, integram uma tentativa frustrada de delação. Neles, a voz apontada como sua relata cerca de 30 milhões de reais em espécie para um documentário sobre Lula e para o Instituto Lula — repasses "por fora", feitos de forma "errada". Em troca, segundo o relato, abrir-se-iam as portas dos fundos de pensão das estatais — Petros, Previ, Postalis — aos investimentos do Master, com intermediação atribuída a um ex-tesoureiro do partido e a um ministro.

O projeto audiovisual sobre a biografia de Bolsonaro aparece descrito como patrocínio normal, correto — afirmação que, aliás, enterra narrativas sobre tramas políticas e financeiras que poderiam envolver Flávio, Eduardo ou aliados nos EUA. O áudio que supostamente é de Vorcaro diz com todas as letras: "O filme do Lula eu coloquei acho que até mais. Eu acho que dá até mais. Só que o do Lula foi por fora, foi errado. O do Flávio não foi, porque foi patrocínio, foi patrocínio normal".

Pois bem, mesmo diante disso, a PGR e a Polícia Federal rejeitaram a delação por falta de provas; a perícia no celular não encontrou transação que corrobore o repasse; os citados negam, e a produção do filme afirma nunca ter recebido recurso ligado ao banqueiro.

Mas o mecanismo descrito na delação é um velho método conhecido dos brasileiros que já viram o Petrolão, o Mensalão e a corrupção generalizada do caso da Odebrecht. É o roteiro já documentado em escândalos anteriores: fundos de pensão como instrumentos para fortalecer um grupo político, estatais como balcão, tesouraria partidária como ponte entre dinheiro privado e decisão pública. O Mensalão comprou maiorias; o Petrolão drenou a maior empresa do país; os fundos de pensão acumularam rombos bilionários pagos por trabalhadores e aposentados.

O aparelhamento é essencial para executar esse tipo de operação; o partido precisa estar acima das instituições de Estado. Quem ocupa conselhos, diretorias e órgãos de controle não precisa violar a regra — basta indicar quem a interpreta. A fusão Estado-Partido — ou, como diz Gramsci, a criação de um príncipe — converte agências, bancos públicos e fundos em extensões da máquina eleitoral. O resultado é o caos institucional: investigações que andam ou travam conforme o alvo, vazamentos seletivos, delações que servem ao adversário e somem quando tocam o governo.

O partido que aparelha o Estado também tenta controlar a narrativa: suposto escândalo do adversário é crime; escândalo na própria casa é factoide eleitoral. A impunidade deixa de ser exceção e vira método de governo — e um estado de exceção é instaurado para justificar as iniciativas de proteção aos amigos do rei e a perseguição aos inimigos do partido.

E por quantos erros os pagadores de impostos estão pagando com o PT no poder? Quanto do "Custo Brasil" não é cobertura de erros de Vorcaros e de petistas espalhados pelo país?

- **Os esquemas relatados envolvendo instituições financeiras e fundos de estatais** reeditam a engrenagem histórica de loteamento público voltada ao financiamento espúrio de projetos partidários.
- **A fusão entre a agremiação dominante e o aparato estatal neutraliza os freios e contrapesos da República,** estabelecendo uma blindagem seletiva que persegue adversários e institucionaliza a impunidade dos aliados do regime.
- **A fatura do conluio promíscuo entre o capital predatório e a burocracia governamental** é transferida integralmente para a sociedade produtiva, condenada a cobrir rombos bilionários e a sustentar o custo da degradação nacional.

